



OS DEBATES HISTORIOGRÁFICOS SOBRE OS FEMINISMOS DA 'SEGUNDA ONDA' NA CONTEMPORANEIDADE¹

Eloísa Rosalen²
Joana Maria Pedro³

Resumo: Este artigo tem como objetivo refletir sobre os debates historiográficos, as interconexões dos feminismos e as contribuições teóricas na contemporaneidade, no que tange ao período das décadas de 1970 e 1980 ou aquilo que foi definido como feminismo de 'segunda onda'. As análises serão feitas a partir de uma perspectiva histórica que busca considerar as descontinuidades, as rupturas e as relações de poder existentes no interior do próprio movimento social e as novas contribuições narrativas sobre o passado no Brasil. Dialoga-se com as epistemologias feministas e busca-se, de forma didática, apresentar um panorama de como os debates têm sido (re)constituídos, questionados e (re)analisados a partir dos novos contextos historiográficos.

Palavras-chaves: historiografia; movimentos feministas; contemporaneidade; epistemologias feministas; Brasil.

Abstract: This article aims to reflect on historiographical debates, the interconnections of feminisms and theoretical contributions in contemporary times, regarding the period of the 1970s and 1980s or what was defined as 'second wave' feminism. The analyzes will be carried out from a historical perspective that seeks to consider the discontinuities, ruptures and power relations that exist within the social movement itself and the new narrative contributions about the past in Brazil. It dialogues with feminists epistemologies and seeks, in a didactic way, to present an overview of how debates have been (re)constituted, questioned and (re)analyzed based on new historiographical contexts.

Keywords: historiography; feminist movements; contemporaneity; feminist epistemologies; Brazil

¹ Esse texto foi resultado do Projeto de Pós-Doutorado de Eloísa Rosalen, processo 150746/2022-9, e das discussões relacionadas ao projeto "Mandonas: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020)", financiado pelo CNPq, processo nº404662/2021-8.

² Possui graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2011), mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2016) e doutorado em Programa de Pós-Graduação em História da UFSC pela Universidade Federal de Santa Catarina (2021). Atualmente é bolsista de Pós-Doutorado Júnior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), realizando estágio na Universidade Estadual de Montes Claros. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: exílio, relações de gênero, memórias, feminismos e ditadura militar.

³ Possui graduação em História pela Universidade do Vale do Itajaí (1972), mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1979) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1992). Professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina. Fez pós-doutorado na França, na Université d'Avignon, entre 2001 e 2002, e também nos Estados Unidos, na Brown University entre 2016 e 2017. Foi Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História entre 1993 e 1995, Diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas entre 1996 e 2000, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas entre 2008 e 2012, Pró-Reitora de Pós-Graduação entre 2012 e 2016, foi presidenta da ANPUH Associação Nacional de História na gestão 2017-2019. Aposentou-se em março de 2019, e tem contrato formal de professora voluntária na UFSC, assinado pela reitoria. É professora permanente do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. É também pesquisadora do IEG - Instituto de Estudos de Gênero www.ieg.ufsc.br e do LEGH Laboratório de Estudos de Gênero e História <http://www.legh.cfh.ufsc.br/> Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: feminismo, gênero, relações de gênero, história das mulheres, memória, história oral, história do tempo presente e história comparativa. É pesquisadora 1A do CNPq.

Introdução

“Graças à produção teórica [do feminismo] e à ação enquanto movimento, o mundo não é mais o mesmo” (Lélia González, 1988)

Os movimentos de mulheres ou feminista ditos de ‘segunda onda’, emergentes a partir das décadas de 1960 e 1970 em diferentes países, tiveram um “impressionante reflorescimento”, tornando-se um dos mais importantes movimentos sociais do século XX (Hobsbawm, 1995). Os diferentes grupos e associações - marcados por sua pluralidade e rupturas (sejam sincrônicas ou diacrônicas) - impactaram as relações sociais cotidianas em (quase) todas as esferas, como as políticas públicas, as iniciativas voltadas aos corpos das mulheres, e as diferentes áreas de conhecimentos e âmbitos de pesquisa. Também colocaram no centro, a partir do slogan “o pessoal é político”, os debates ligados ao direito ao prazer, a sexualidade, ao planejamento familiar, a maternidade, ao aborto, contra a violência, e as novas ideias de agência política, de injustiças, de poder, e de liberação (Bracke, 2019; Scott, 1995; Lauretis, 1994; Pedro, 2012; hooks, 2018, etc.). Além do impacto, foi um movimento que conseguiu se retroalimentar a partir de críticas, autoanálises e saídas inovativas, onde produções acadêmicas, literárias, artísticas e militâncias políticas se interconectaram para debater iniciativas teórico-práticas ligadas tanto para entender as desigualdades de gênero quanto para transformá-las (Bracke, 2019; Scott, 1995; Lauretis, 1994; Pedro, 2012; hooks, 2018, etc.).

Este artigo tem como objetivo explicar os debates historiográficos, as interconexões dos feminismos, as contribuições teóricas e as (re)formulações na contemporaneidade acerca dos feminismos emergentes a partir da década de 1970 ou do que foi nomeado como ‘feminismo de segunda onda’. As análises serão feitas a partir de uma perspectiva histórica que busca considerar as descontinuidades, as rupturas e as relações de poder existentes no interior do próprio movimento social. Dialoga-se com as principais teorias produzidas nas últimas décadas e busca-se, de forma didática, apresentar um panorama de como o debate tem sido constituído, questionado, (re)analisado e (re)formulado a partir dos diferentes feminismos. A pergunta que nos

move aqui é: Como tem sido contado atualmente a história dos feminismos da década de 1970 e 1980? Que reformulações, incorporações e revisões têm sofrido?

Para tanto, o artigo está organizado em três subtópicos, sendo: o primeiro, intitulado *Sintetizando os debates sobre os feminismos contemporâneos*, onde busca-se situar, a partir das epistemologias feministas, as reformulações teóricas e cronologias dos feminismos de “segunda onda” já realizadas; o segundo, intitulado *As reformulações a partir do descolonial*, no qual serão discutidos como está sendo reescrita a história dos feminismos das décadas de 1970 e 1980 a partir das produções descoloniais; o terceiro, denominado *Resumindo as reformulações historiográficas sobre os feminismos brasileiros*, que sintetiza a historiografia sobre os feminismos a partir das demandas dos feminismos negros e das pluralidades existentes no Brasil.

Iremos nos concentrar em pesquisas atuais que tiveram como foco o período delimitado. A partir delas, enquanto historiadoras, apresentaremos algumas tendências que ocorreram nas últimas décadas, sinalizando tanto as contribuições para o debate quanto os desconfortos que têm nos causados. Apesar de considerarmos os textos em âmbito inter/transdisciplinar, nossa perspectiva parte da historiografia e dos debates que envolvem temporalidades, cronologias, relações de poder e concepções críticas às ideias de progresso (Hemmings, 2009; Foucault; 2001). As análises deste artigo partem do pressuposto de que, conforme já foi dito por Clare Hemmings (2009, p. 219), “em um contexto feminista, é sempre uma questão de poder e autoridade determinar quais histórias predominam ou são elididas ou marginalizadas”.

Pesquisar os movimentos de/das mulheres e feministas demanda tanto entender as dinâmicas desse movimento social quanto considerar as práticas teóricas-metodológicas das constituições epistemológicas desenvolvidas nas últimas décadas. Também, significa considerar como já foram estudados os movimentos, as trajetórias, e os questionamentos contextuais de cada período, em relação direta com as múltiplas temporalidades (como presente/ passado e futuro, mas também o campo de experiência / horizontes de expectativas (Koselleck, 2006)), os aparatos locais/ globais e transnacionais (Cova, 2008) e as dinâmicas de poder colocadas tanto nas relações entre diferentes feminismos quanto para constituir e narrar os passados recentes das histórias desses movimentos. Significa lembrar as produções de protagonismos, posições potentes e as agências, que também constituíram vozes autorizadas, destaques,

autoridades geracionais e silenciamentos. Como já sabemos, ao narrar – classificar, escolher e organizar - consolidaram representações carregados de sentidos e significados que tem retroalimentado as política e produções teóricas do movimento.

Sintetizando as (re)formulações sobre a ‘segunda onda’

O sentimento de silenciamento mobilizou a emergência de novas perguntas e inúmeras pesquisas com a finalidade de mostrar como certos sujeitos assumiram lugar secundário, subordinado ou desigual tanto na produção historiográfica quanto no sistema de valorização das fontes e dos arquivos. Um dos livros que melhor representou isso é *As mulheres, ou, os silêncios da história* de Michelle Perrot (2005) que destacou, como o título preanunciou, os silenciamentos, as resistências, e as maneiras como as mulheres deixaram diferentes fontes, possíveis hoje de observação, nos mais diferentes âmbitos. A autora também destacou, em uma bela introdução, como o advento dos feminismos da França, da década de 1970, a impactou em sua carreira acadêmica e como foram iniciados os estudos sobre as mulheres nesse país. O livro de Michelle Perrot só foi traduzido ao português em 2005, mas, muito antes, já se realizavam estudos, publicações, levantamentos e pesquisas que visavam “tirar do silêncio” as mulheres no Brasil. Um exemplo são os dois volumes da *Mulher brasileira: bibliografia anotada*, organizados pela Fundação Carlos Chagas, publicados, respectivamente, nos anos de 1979 e 1980, que delimitaram as produções realizadas ainda na década de 1970 sobre a temáticas das mulheres.

Inúmeras pesquisas foram realizadas com o objetivo de “colocar” as mulheres na história e debater sobre suas angústias, desigualdades, experiências, narrativas, vozes, violências, memórias, e as situações de especificidades daquilo que era vivido, mas foi apagado, diante do que hoje é considerado o sujeito universal: homem heterossexual branco e eurocentrado. Demonstrar a diversidade dos sujeitos ao longo da história e destacar que esta invisibilidade era gendrada, por muito tempo pareceu ser a nossa única função como pesquisadoras que se pautavam na crítica feminista. O sentimento de silenciamento, invisibilidade e lutas por direitos, moveu e ainda tem movido inúmeras pesquisas sobre as temáticas dos estudos de gênero e dos sujeitos subalternos. Uma referência atual é o livro *Sob nossa pele e com nossas vozes* de Marta Rovai (2022).

Os questionamentos sobre invisibilidades foram e são relevantes para a inclusão de novos sujeitos na escrita da história, mas fizeram emergir dois pontos negativos, que merecem destaque aqui. O primeiro diz respeito a pensar nos “usos” e “abusos”, muitas vezes em conjunto com o livro citado de Perrot, dos termos “invisibilidades” e “silenciamentos”; isto é, na ânsia de justificar a importância das nossas pesquisas, muitos novatos no campo tem ‘apagado’ produções do passado que já questionavam sobre a invisibilidade. O segundo foi o que fez emergir uma espécie de “gueto”, sinalizado por Joan W. Scott (1995, p. 76): “a reação da maioria dos historiadores não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres para depois descartá-la ou colocá-la em um domínio separado”. Embora, a frase de Scott tenha sido dita há quase 30 anos, ela é mais do que atual, já que mesmo que tenhamos uma vasta produção historiográfica a respeito, a História das Mulheres e das Relações de Gênero (como a *História da África* e a *História Indígena*) ainda continua tendo um *status* separado das demais áreas, dentro da historiografia.

As identidades “mulheres” são (e foram) pontos fundantes dos movimentos feministas e para a historiografia, uma vez que foi a partir delas que se constituíram as narrativas de inclusão, luta política, pesquisas e divulgação do conhecimento. Mas receberam críticas em função de seus essencialismos, fundacionismo biológico, naturalizações dos corpos ou negligências, por apagar ou não dar visibilidades às demais identidades (Butler, 2018a; Nicholson, 2000; Scott, 1998). O debate sobre a categoria mulheres como sujeito do feminismo e elemento aglutinador historiográfico foi (e ainda é) uma das discussões mais potentes dentro deste campo epistemológico, envolvendo sociólogas, historiadoras e filósofas, como, Judith Butler (2018a; 2018b) e as políticas de coalizão e a performatividade do gênero, Joan W. Scott (2005) e o enigma da igualdade, Teresa de Lauretis (1994) e o *space-off* (estar dentro e/ou fora ao mesmo tempo), bell hooks (2018) e o epistemicídio das mulheres negras e inclusão dos homens na luta feminista, Paul B. Preciado (2008) e as multidões *queer*.

A partir das críticas e das questões sinalizadas pelas teóricas acima, convém levantar, quando iniciamos uma pesquisa sobre os movimentos, as seguintes questões: Quais são os personagens/ sujeitos ou as “vozes” ou “identidades” dos movimentos de/das mulheres que estão presentes? Quais “vozes” podem ser captadas dentro dos diferentes movimentos? Como se constituem essas “identidades”? De que maneira isso

tem sido feito? Como pode ser contada a história do movimento de/das mulheres e feministas a partir das diferentes “vozes”? Hoje este quadro já se ampliou consideravelmente, com renovações das concepções do que seriam as mulheres, que passaram a ser definidas em suas complexidades. Os debates e questionamentos sobre a categoria mulheres, provenientes principalmente dos movimentos negros (hooks, 2018; Collins, 2017) e dos transfeminismos (Nascimento, 2021) ampliaram as discussões retroalimentando os mais variados movimentos sociais e, também, as universidades no Brasil. Por outro lado, embora, os sujeitos do feminismo tenham sido criticados e debatidos dentro das epistemologias feministas, os feminismos ainda hoje são resumidos por alguns historiadores (que observam o debate de fora) como “movimentos identitários”, muitas vezes, assumindo uma dimensão de baixo valor ou estima, dentro das argumentações teórico-históricas.

A definição de “segunda onda”, dada ao feminismo emergente no final dos anos de 1960 e durante a década 1970, já passou por acalorados debates nas últimas décadas. Sabemos que o termo está atrelado ao adjetivo de “onda” e funciona de maneira comparativa em relação à luta em defesa do direito ao voto da primeira metade do século XX. A utilização do termo teve a intenção de ser didática, a fim de contrapor a concepção de que os debates já não eram mais por direitos políticos, como no início do século e que passava a incluir temáticas como a valorização do cotidiano, o questionamento da sujeição ligada a uma compreensão de identidades múltiplas como “mulheres” e “às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado - entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres” (Pedro, 2012, p. 79). Como já anunciado, as palavras de ordem eram: “o privado é político”.

Por outro lado, como várias pesquisadoras já demonstraram, a utilização da metáfora de onda: 1) sinaliza um movimento de um centro para uma periferia, onde tem um lugar que produz a ‘onda’, que acontece e outro em que chega; 2) anula as multiplicidades temporais e constitui uma cronologia única para a história dos movimentos feministas, criando concepções de que as conquistas e retrocessos aconteceram ao mesmo tempo em todos os lugares e de que existe uma continuidade cronológica entre elas; 3) sinaliza a existência de movimentos de mulheres que emergem de tempos em tempos, com um intervalo de ‘dissipação’; 4) carrega uma concepção de tempo de curta duração, onde mulheres se juntam de repente e logo em

seguida se dispersam, o que reduz muito a complexidade das histórias dos movimentos feministas; 5) implica em fixar um antes e um depois aos diferentes debates, o que, muitas vezes, alimenta concepções fundacionistas, vozes autorizadas, reivindicações de ‘pioneirismos’, e silenciamentos dentro dos movimentos e das produções historiográficas; 6) constitui um ar de (des)continuidades ou progresso entre as definições de primeira, segunda, terceira e/ou quarta ondas atrelada ao contexto, as ferramentas de mobilização ou as reivindicações feministas, como se cada tempo ou época não tivesse utilizado suas próprias tecnologias para se mobilizar (conforme está presente na denominada “quarta onda” ou como se os argumentos precisassem ser lineares (Costa, 2009; Pedro, 2012; De Hollanda, 2018).

Uma concepção, que buscou rever a definição de onda, sugeriu utilizar a metáfora do “rizoma”. A ideia parte das discussões provenientes de Félix Guatarri e Suely Rolnik (1996), na qual busca-se destacar o caráter em rede dos movimentos de mulheres. A redefinição amplia as discussões, ao considerar a curta e a longa duração a partir de uma outra perspectiva. Isto é, por incluir “raízes, submersas e aéreas, trançadas e espalhadas de muitas formas e em muitos terrenos de nutrientes vários”, que, às vezes, “recuam e avançam, morrem e renascem, mas, aqui e ali, dão notícias e deixam indícios de que, mais cedo ou mais tarde, irromperão da terra, ou não, e terão sentidos a serem desvendados...” (Costa, 2009, p. 14). De todo o modo, tanto rizoma quanto onda podem “ser úteis como metáforas; não são excludentes, pois, juntas traduzem conceitos convergentes” (Costa 2009, p. 10), mas devem ser utilizados com ressalvas, como, todas as definições, conceitos e classificações que trazem um significado próprio.

As décadas de 1970 e 1980 foram consideradas fundantes tanto de uma nova organização dos movimentos, quanto de epistemologias feministas. A partir dessas décadas até a atualidade foram/ são significativos os debates ligados: à ideia de uma opressão comum entre todas as mulheres *versus* especificidades ou atravessamentos interseccionais (como, raça, classe, sexualidade); as críticas às identidades como fundantes das práticas políticas e a definição de alternativas, a partir de políticas de coalizão, ciborgues; à oposição entre desigualdades de gênero definidas em sentido global ou locais; às definições de ações políticas prioritárias, pautas específicas e as hierarquizações das lutas; aos embates com grupos que consideravam as pautas das mulheres secundárias; às apropriações dos feminismos em seus diferentes âmbitos; às

institucionalizações *versus* autonomia política do movimento; aos embates entre a heteronormatividade e os feminismos lésbicos; às críticas as heteronormatividade compulsória; às tentativas de articulações entre lutas feminista e demais formas de emancipação política, com tentativas de articulações teóricas com a tríade, “classe”, “gênero” e “raça”; às relações ou os distanciamentos com os demais movimentos sociais, como, organizações de esquerdas, partidos políticos, sindicatos, etc. (Butler, 2018a; Haraway, 2000; McLaren, 2016; Lauretis, 1994, hooks, 2018; Rich, 2010; Rubin, 1993; Davis, 2016; Saffioti, 1979).

Os debates provenientes e existente neste período não possuem uma delimitação lógica ou classificatória, já que são múltiplos e foram se constituindo de maneira específica em cada situação ou circunstância. O que significou múltiplos atravessamentos com as práticas, as teorias, as produções acadêmicas, as posições das diferentes organizações, dos grupos e dos movimentos, etc. Por exemplo, quando: 1) o *Partido Comunista Brasileiro* cria a *Seção Feminina* e tem um acervo específico sobre as mulheres, mas não se reivindicava como feminista (Back, 2013); 2) os embates vividos pelas mulheres com os demais grupos de militâncias ao constituírem o feminismo negro no Brasil ainda na década de 1980 (Rios; Lima; González, 2020; Carneiro, 2003); 3) as mulheres feministas do Rio de Janeiro e o debate sobre os dilemas em se constituir um movimento autônomo diante das eleições e da formação de guetos, com a reivindicação da autonomia (Miguel, 1988); 4) as traduções teóricas pós-estruturalistas chegando oficialmente ao Brasil a partir das décadas de 1990, o que fomentou o debate de maneira cronológica muito diferente do que ocorreu nos demais países.

Outros exemplos desses embates foram: as constituições de narrativas fundacionistas dentro dos feminismos; as disputas em torno dos protagonismos “femininos” ou “feministas”; ou as reivindicações do tornar-se (ou não) feministas dentro das diferentes posições possíveis existentes na época (Duarte, 2020; Rosalen, 2023; Pedro, 2012). Além disso, ainda podemos encontrar dentro das bibliografias sobre a história dos feminismos no Brasil deste período, as dificuldades encontradas pelas mulheres para encaminhar seus projetos de lutas, a formação dos diferentes grupos de atuação e suas interlocuções (como, católicas, grupos de moradoras, lutas por creches, exiladas, grupos de consciências, SOS na luta contra a violência, etc.), e as publicações

de revistas e periódicos que circulavam nacional e internacionalmente, com pautas dos movimentos feministas, negros, lésbicos e gays (Abreu, 2014; Teles, Leite; 2013; Doimo, 1995; Goldberg, 1987; Mello; Zandoná; Wolff, 2020; Rosalen, 2023). As redes, as solidariedades e as trocas foram muito importantes para fomentar os argumentos que impactaram diretamente na elaboração da Constituição de 1988 no Brasil.

As concepções sobre ondas e rizomas, como já sinalizamos, se interconectam com as temporalidades e as cronologias. Ao longo das últimas décadas constituiu-se uma espécie de padrão cronológico, em função das próprias relações de poder, ao construir as narrativas historiográficas sobre o advento dos feminismos nas décadas de 1970 e as reformulações que foram ocorrendo nas décadas seguintes. Algumas definições, sinalizam que a década de 1970 tem se limitada às perspectivas de demonstrar a presença da “mulher” – e mais para o início da década de 1980 – das mulheres (provenientes do movimento das feministas negras); esta década também significou o aparecimento da categoria “gênero” e os debates que envolvem as hierarquias, as desigualdades e a crítica pós-estruturalista, o que deu abertura, posteriormente, aos debates que envolvem os movimentos LGBTQ+ e a teoria *queer*.

Clare Hemmings (2009, p. 229) sintetizou estas definições, que foram constituídas por décadas e atreladas aos diferentes debates, sendo: a) 1970: “O feminismo dos anos 70 é, na melhor das hipóteses, ignorante ou inocente em relação à diversidade racial e sexual”, isto é, excludente em função da branquitude e do heterossexismo; b) “Os anos 90 pós-estruturalistas emergem no outro lado dos anos 80 como paladinos da multiplicidade e da diferença – *diferença em geral*”; c) E por último, para que a “teleologia se mantenha, uma série de outros binarismos é sobreposta nessa trajetória linear (diferença sexual/ teoria do gênero, singularidade/multiplicidade, empirismo/ desconstrução, feminismo/pós-estruturalismo)”, o que faz/ fez com que “diferentes perspectivas dentro da literatura feminista dos anos 70” são/ fossem “esmagadas, apagadas ou consideradas exceções à regra”.

Como a própria autora citada acima definiu, estas classificações temporais, já foram consideradas simplificadoras em função de: 1) oferecer um ar de progresso para a trajetória de discussões feministas; 2) considerar a crítica racial e sexual dentro de uma década específica; 3) atribuir a culpa de todos os males da teoria feminista a branquitude

e a heteronormatividade daquelas que participaram ou escreveram sobre os feminismos; 4) considerar as pós-estruturalistas como as primeiras na crítica à categoria “mulher”; 5) partir do princípio de que em todos os países/ locais as formulações epistemológicas foram as mesmas e ao mesmo tempo, o que fez com que as demais temporalidades fossem reposicionadas de acordo com cronologias que tem como ponto de referência os países anglófonos ou franceses do Norte, ou, ao interno do Brasil, do que acontecia no eixo Rio-São Paulo (Hemmings, 2009; Rosalen, 2013). Em síntese, as formulações não foram as mesmas ao mesmo tempo e as perspectivas não ocidentais foram deixadas de fora dessas trajetórias, sendo silenciadas inclusive nos trânsitos e nas traduções, mesmo quando estavam presentes ou estabelecendo críticas (Hemmings, 2009).

As reformulações a partir do descolonial⁴

Uma análise mais recente acerca dos feminismos das décadas de 1970 e 1980 tem vindo da emergência dos feminismos descoloniais. A emergência recente das epistemologias dos feminismos descoloniais tem demonstrado tanto a (já debatida) crítica à universalização das categorias “mulher” e “mulheres”, a partir do Sul, quanto o papel colonizador dos feminismos e o uso das pautas feministas ao mover ideias do Norte para o Sul Global (Miñoso, Ziroldo, 2022; Ballestrin, 2020; Vergès, 2020). Dentro desta perspectiva, além de demonstrar as hierarquias entre as mulheres nas narrativas historiográficas sobre os movimentos feministas no Brasil atravessadas por dimensões de gerações, classe, raça, e *status*, chamou-se atenção para a territorialidade, o lugar social da produção do conhecimento, saberes e os aparatos de organização, classificação e ordenação como forma de dominação durante e após o processo colonial. Em âmbito transnacional, também tem denunciado o apagamento e os silenciamentos que as feministas do Sul Global sofreram nas últimas décadas, a injustiça epistêmica com suas produções, o eurocentrismo e o racismo que ainda persistem, tanto dentro dos movimentos feministas, quanto nas organizações e conferências internacionais da

⁴ A controvérsia sobre quais seria o termo mais adequado entre “feminismo decolonial”, “feminismo descolonial” ou, ainda, “feminismos subalternos” têm ocupados inúmeras páginas do debate. Aqui ele não se torna central, uma vez que não buscamos definir os feminismos ou classificá-lo, mas acima de tudo, analisar as relações de poder presentes no debate com os demais feminismos na relação passado/ presente. Para saber mais ver: Ballestrin, 2020.

Organização das Nações Unidas (ONU) (Ballestrin, 2020; Miñoso, Zirolto, 2022; Vergès, 2020).

Os feminismos descoloniais têm tido papel fundamental ao trazer ao cerne o debate sobre a colonialidade de poder e a colonialidade de gênero (Quijano, 2005; Lugones, 2014), o que têm (re)definido muitas pesquisas sobre e no Brasil. A discussão sobre a colonialidade de gênero trouxe inúmeras críticas sobre como o fenômeno da colonização continua, permeia e atravessa todos os fenômenos históricos e culturais das nossas vidas, a partir das hierarquias de raça, classe, território, gênero e produção de conhecimento e de saber/poder (Quijano, 2005; Lugones, 2014). Os grupos descoloniais também deram destaque aos diferentes aparatos de poder que atravessam os movimentos feministas a partir das críticas aos “feminismos civilizatórios”, os “usos do gênero”, a concepção de “salvação das mulheres” a partir de uma perspectiva que vem de cima para baixo, as produções acadêmicas sobre o Oriente (ou o orientalismo remodelado de Edward Said) a fim de legitimar os feminismos hegemônicos e as práticas realizadas a partir das demandas da ONU (que por muitas vezes não consideraram ou escutaram as mulheres que há mais tempo buscavam desenvolver práticas e ações para diminuir a desigualdade de gênero) (Mohanty, 2020; Puar, 2015; Vergès, 2020).

Muitas feministas, antes mesmo da existência do termo descolonial, já traziam algumas dessas críticas já nas décadas de 1970, 1980 e 1990; outras tantas, embora convivessem com a emergência dos descoloniais nos inícios dos anos de 2000, não se definiram com tal termo. O papel de síntese, dentro das críticas feministas, tem dado destaque para estas novas reformulações. Algumas feministas brasileiras que já fizeram análises, com alguns desses embates, recentemente chamados de descoloniais foram: a) Lélia Gonzalez (2020) ao escrever sobre a importância da história da colonização para entendermos as desigualdades, o preconceito linguista, a situação das mulheres negras e a crítica ao mito da democracia racial; b) Albertina de Oliveira Costa (1988) ao questionar os embates nas Conferências da ONU e as demandas das brasileiras provenientes das periferias; c) Beatriz Nascimento (2019) ao destacar o trabalho das mulheres negras e as dimensões coloniais ainda presentes; d) Suely Gomes da Costa (2002) ao discutir a herança colonial para a realização e organização do trabalho doméstico e da maternidade no Brasil; e) Maria Ignez Paulilo (2013) ao apontar a

maneira desqualificante como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) tratou o trabalho doméstico das mulheres rurais, em um relatório produzido no ano 2011; f) Joana Maria Pedro (2003) e Maria Betânia Ávila (2019) ao tratarem da implementação da pílula anticoncepcional no corpo das mulheres negras, pobres e terceiro mundistas a partir de instituições norte-americanas no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980; entre tantas outras.

Isso então significa que poderemos colocá-las na posição de “pioneiras” ou “precursoras” dos movimentos descoloniais? O tempo e as idas e vindas entre passado e presente são conceitos importantes para historiadoras feministas, como já demonstramos até aqui. Uma das primeiras definições que aprendemos quando começamos a estudar história é aquela de Marc Bloch (2002) sobre escrever história a partir do tempo e demandas que estão no presente dos/as historiadores. Por outro lado, também aprendemos que atribuir definições de conceitos, termos e significados que não foram reivindicados por uma época ou tempo pode ser considerado anacrônico e/ou a-histórico (Scott, 1998). Como historiadoras, estamos sempre tentando apreender a melhorar as definições que envolvem as temporalidades, problemas provenientes dos anacronismos e as definições dos conceitos e categorias (Scott, 1998). Mas também tentamos refletir como as temporalidades podem e têm sido mobilizadas como formas de construções de narrativas dentro das dinâmicas de poder sobre as histórias dos feminismos⁵.

O risco de colocar as feministas (citadas acima) como “pioneiras” é duplo: em primeiro lugar, ao fazermos esse tipo de classificação, corremos o risco de anacronismos e de nomeações que não foram reivindicadas por elas. Mas, em segundo lugar, se não as considerarmos dentro deste debate, estaremos mais uma vez silenciando mulheres latino-americanas, que notoriamente não se reivindicaram dentro dos feminismos descoloniais (uma vez que isso nem era um termo da época para algumas), mas trazem ótimos exemplos (mesmo sem ter utilizado o termo definido por María Lugones) sobre como funciona a colonialidade do gênero na sociedade brasileira.

Descrições mais atuais, ainda provenientes dos movimentos descoloniais, têm elencado que a emergência do movimento de mulheres feministas também pode ser pensado através de subdivisões por décadas. Uma dessas divisões, primeiro, assinala a

⁵ Movimentos feministas não são os únicos a mobilizar narrativas do passado como forma de oferecer legitimidade teórica e prática em seus argumentos.

emergência dos debates a partir da Europa e dos Estados Unidos (em função dos questionamentos da situação enquanto mulher / mulheres), o que significou, posteriormente, a internacionalização/ transnacionalização/ processos de globalização dos movimentos feministas, estimuladas pela ONU (a partir do Ano internacional da Mulher e da Década a Mulher e das conferências organizadas) (Ballestrin, 2020). Dentro dessa formulação descritiva ocorre a emergência dos “feminismos subalternos”, que aparece em processo linear e paralelos a emergência dos feminismos da Europa e dos Estados Unidos e a respectiva expansão. Aqui emerge a exposição e crítica proveniente dos “feminismos descoloniais” (que seriam herdeiros dos “subalternos”) em relação ao papel colonizador que estaria sendo desempenhado pelos movimentos provenientes daqueles países citados acima (Ballestrin, 2020).

A partir desse movimento e de seus questionamentos, também tem sido reclassificado e reconstruído o passado recente da história dos feminismos e dos movimentos das/de mulheres constituindo duas grandes vertentes: “feminismo hegemônico” e “feminismo subalterno” ou entre feminismo do “Norte” e do “Sul”. Isto é, pautadas em categorias sociológicas (e algumas essencialistas) se constituiu oposições atreladas às perspectivas interseccionais de classe, raça, etnia, orientação sexual, identidade, gênero e geolocalização (Ballestrin, 2020) dos sujeitos dos feminismos. As duas (re)classificações são lidas apontando primeiramente para a existência de um “Feminismo hegemônico” que é considerado “elitista, ocidental, branco, universalista e etnocêntrico”, espelha reivindicações de mulheres de países da Europa, Estados Unidos e Canadá, isto é, o considerado “Primeiro Mundo” que foi sendo redefinido como “Norte Global” e contemplando mulheres brancas e cisgênero provenientes das classes médias ou altas, muitas vezes, associadas à uma ideia de feminismo liberal e “relacionadas ao moderno, secular, nacional e urbano” (Ballestrin, 2020, p. 05). Ao centralizar estes eixos, nas palavras de Luciana Ballestrin (2020, p. 04), “o feminismo hegemônico, dessa forma, passou a ser exposto em seu universalismo, etnocentrismo, anglo-eurocentrismo, (neo)liberalismo, branqueamento e negligência de questões coloniais e raciais que atravessam etnias, nacionalidades e geografias”. Em segundo lugar se aponta para os “Feminismos subalternos” (considerados como fundantes dos feminismos descoloniais): é tido como da ‘diferença’ e é associado ao “Sul Global” e/ou “terceiro mundista”, contemplando os países da

América Latina, Caribe, Ásia, Oceania e África, vistos como particularidades em função das dimensões de espaço-tempo e protagonizadas por mulheres de cor (negras, mestiças, “chicanas”, indígenas), com identidades de gênero múltiplas (homossexuais, transgênero, não-binária, bissexual) e marcadas pelas situações de precariedade, vulnerabilidade e exploração (Ballestrin, 2020; Vergès, 2021). Embora, os feminismos descoloniais sejam elencados como emergentes no início do século XXI, em várias publicações são associados aos “feminismos terceiro-mundista” e ao “feminismo latino-americano” emergente ainda na década de 1980, como pode ser visto no artigo de Luciana Ballestrin (2020), intitulado *Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano*.

Alguns pontos dessas releituras têm nos causado certos desconfortos desde nossos lugares como historiadoras. Nem precisamos dizer que as latino-americanas não podem ser reduzidas aos seus graus de precariedades; da mesma forma que muitas mulheres do “Norte” também são marcadas por desigualdades sociais e problemas estruturais ligadas às suas condições de classe, gênero, sexualidade e/ou raça. Chamar atenção para a manutenção de hierarquias pautadas em dimensões da colonialidade, não significa que devemos achatá-las em blocos monolíticos todas as demais discussões pré-existentes, somente porque não foram produzidas no Sul Global, uma vez que práticas de dominação e de hierarquias ocorreram e se reproduzem justamente pelas condições coloniais colocadas nesta região, um exemplo, é toda a complexidade teórico-prática que envolve o trabalho doméstico e que foi sendo discutido a partir da década de 1970, com questões que imbricam aspectos de raça, gênero e colonialidade (Costa, 2009; Hirata; Kergoat, 2007; Mello, 2016; entre outras).

O que têm nos incomodado é o ar de continuidade que muitas teóricas têm sinalizado entre os movimentos de mulheres latino-americanas (definidos como “subalternos”) da década de 1970 e 1980 e os feminismos descoloniais emergentes no início do século XXI. Por exemplo: 1) pegam-se algumas teóricas críticas às concepções que privilegiavam a categoria “mulheres” e que traziam concepções ligadas a luta de classes e raciais e as homenageiam como ‘pioneiras’ do movimento descolonial, como tem sido feito por Françoise Vergès (2021) ao apontar Angela Davis como intelectual da subalternidade na III Conferência Mundial da ONU em 1985 (em um contexto onde a boliviana Domitila Barrios de Chungara (1978) já denunciava uma série

de aspectos relativos às condições de classes das mulheres na I Conferência Internacional da ONU em 1975 e poderia ser a referência a ser citada); 2) Françoise Vergès (2020) também anuncia que todas as bases para o “femonacionalismo”⁶ foram lançadas na década de 1960, pelas feministas consideradas temporalmente de “segunda onda”; 3) os apagamentos encontrados nos textos de Luciana Ballestrin (2020), que mal cita as feministas brasileiras críticas aos aparatos da colonização e assinala que os “feminismos subalternos” são considerados como fundantes dos “feminismos descoloniais”.

Em primeiro lugar, não se trata das mesmas mulheres engajadas nestes movimentos no arco de mais de 50 anos. Em segundo lugar, mesmo que fossem as mesmas mulheres, já sabemos que as experiências são constituidoras dos sujeitos (e não o contrário) (Scott, 1998), o que nos faz considerar que não existe uma continuidade de suas ações. Em terceiro, esta concepção é reivindicatória e não reconhece as diversidades existentes dentro do próprio movimento ainda na década de 1970 e 1980. Em quarto lugar, esquece da importância dos aspectos contextuais atrelados a temporalidade e a territorialidade, o que se torna um paradoxo dentro da formulação teórica que busca se afirmar a partir do geolocalização. Por último, parece-nos que se busca falar na morte de uma forma de pensar ou de uma concepção epistemológico, que gera o nascimento da “seguinte”, melhor, mais inovadora e mais inclusiva.

Além da continuidade, em alguns textos, também não foram sinalizados os contatos, as trocas, as redes de circulações de pessoas, conhecimentos, textos e traduções entre os ditos “feminismos subalternos” e os “feminismos hegemônicos” ou entre os diferentes feminismos subalternos, o que silencia toda uma produção historiográfica⁷. Não levar em conta as circulações também dificulta considerar as contribuições que as mulheres latino-americanas (ou dos demais continentes considerados do Sul Global) deixaram em países considerados do Norte ao longo das últimas décadas⁸. Desta forma anula-se as imbricações entre a complexidade temporal e

⁶ Termo utilizado pela autora, a partir de Sara Farris, para definir os feminismos que viraram práticas dos Estados, mas que são utilizados de forma civilizatória, voltada para o interior do país, como por exemplo, para questionar e criticar as mulheres imigrantes pela utilização do véu. Prática política vigente no Estado francês.

⁷ Ver: Alvarez, 2014; Abreu, 2014; Back, 2013; Viezzer, 2017; Rosalen, 2023; entre tantas outras.

⁸ Esta perspectiva ainda precisa ser mais bem aprofundada, mas já podemos sinalizar alguns exemplos: Abreu, 2013; Abreu; Carvalho, 2014; Bracke; Mark, 2015.

as epistemologias, como se as múltiplas teorias feministas não pudessem coexistir (para além das duas classificações assinaladas) na contemporaneidade.

Fixar um antes e um depois ou uma continuidade cronológica, a partir da emergência dos debates, como raça e pós-estruturalismos, é reducionista, conforme foi assinalado por Clare Hemmings (citada acima acerca das histórias feministas); também sinalizar as continuidades entre os feminismos das décadas de 1970 e 1980 até os atuais reduz muito o debate ao não considerar os contextos históricos onde foram produzidas as discussões e acabam sendo apagados os antagonismos e as diferentes posições políticas que fazem parte da história dos feminismos. Concordamos com as críticas de Clare Hemmings e aquelas provenientes das discussões sobre as ondas, e a partir delas consideramos que as cronologias sintetizadoras construídas apagam as hierarquias e homogeneiza as oposições dentro de um mesmo período. Por outro lado, historiadoras do Sul e do Norte já fizeram por longo tempo inúmeras críticas sobre as periodizações e seus problemas (Costa, 2009; Pedro, 2012; Hemmings, 2009, etc.), mas parece-nos que tem faltado leitura por parte de algumas teóricas descoloniais, que partem de princípios já reformulados.

Por último aqui, gostaria de destacar que algumas historiadoras já estão demonstrando como as autodefinições dos feminismos (seja de “si” por meio da relação, seja do “outro” por meio da exclusão) são, acima de tudo relações de poder e formas de afirmações políticas diante dos contextos atuais (Pedro, 2006; Rosalen, 2023). Se o “feminismo” do Norte Global se utilizou de produções sobre as mulheres do “Terceiro Mundo” para se consolidar como força política (e também foi utilizado para propagar políticas neoimperialistas e ‘pseudo’ protecionista das mulheres) a partir da diferença (Mohanty, 2020), os “feminismos descoloniais” também vem definindo o que está sendo produzido no Norte Global como homogêneos, um bloco monolítico, a partir da crítica ao papel (neo)colonizador que foram e ainda têm sido assumidos por muitos movimentos do Norte Global (Miñoso, Ziroldo, 2022). Como sinalizado até aqui, as homogeneizações entre “Sul” e “Norte” Global e a linearidade histórica produzidas acabam por invisibilizar diferenças consideráveis dentro dos próprios continentes e apaga as diversidades que foram questionadas e debatidas pelos próprios movimentos ao longo das últimas décadas.

Resumindo as reformulações historiográficas sobre os feminismos brasileiros

A emergência dos novos feminismos negros a partir das décadas de 2000 e 2010, também tem contribuído para a reformulação historiográfica sobre os movimentos feministas das décadas de 1970 e 1980. Uma destas contribuições tem sido a retomada da trajetória intelectual de Lélia Gonzalez, que vem recebendo destaque tanto por suas produções intelectuais, sua militância quanto pelo protagonismo no movimento negro e no movimento de mulheres negras (Collins; Bilge, 2021; Domingues, 2007; Ratts, Rios, 2010; Rios; Lima; González, 2020). Os movimentos brasileiros, em relação aos movimentos nos demais países da América do Sul, aparecem como emergentes na influência interseccional e dos feminismos negros existentes desde a década de 1980, principalmente, com o protagonismo de Lélia González. Embora a feminista já tivesse feito certos debates, como a crítica à colonização, é muito pouco lembrada pelas discussões descoloniais e, por muito tempo, foi apagada pela historiografia dos feminismos brasileiros.

A presença das novas feministas negras nas manifestações de rua, na internet e na academia, tem sido pensada como resultado, entre outros fatores, da implementação de cotas para pessoas negras que passaram a estar mais presentes nas produções acadêmicas historiográficas, questionando os silenciamentos e ausências das mulheres negras dentro dos movimentos feministas das décadas de 1970 e 1980 no Brasil. As apropriações, ressignificações e sentidos atribuídos a Lélia Gonzalez se deram a partir deste novo contexto histórico e merece uma análise a partir desta perspectiva, já que não só trouxe à tona a trajetória da intelectual, mas ofereceu questionamentos às formas de narrar e observar as histórias dos feminismos brasileiros (Collins; Bilge, 2021; Rios; Lima; González, 2020; Gomes, 2020). A retomada de Lélia Gonzalez sinaliza tanto o silenciamento que a intelectual sofreu ao longo das últimas décadas (e que é fortemente criticado pelo feminismo de mulheres negras) quanto o paradoxo das definições temporais de que os feminismos negros estariam numa década específica (já elencado por Hemmings).

O crescimento de financiamentos de pesquisas a partir de 2005, a constituição da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) em 2003, o estabelecimento



das Comissões da Verdade (seja nacional sejam estaduais) a partir de 2011, a Lei 10.639 de 2003 (que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira) também impactaram as décadas de 2000 e 2010, que viu inúmeros questionamentos e produções sobre os movimentos de mulheres. Por isso, no mesmo período, a retomada historiográfica sobre os feminismos das décadas de 1970 e 1980 emergiram em diferentes iniciativas que passaram a dar destaque, para além das mulheres negras, à participação das mulheres em suas multiplicidades e diversidades, como, com as mulheres católicas, exiladas, comunistas, periféricas, indígenas, lésbicas, camponesas, etc., e retomando sempre textos e produções já existentes (como foi feito com Lélia González) (Alves, 2020; Cubas, 2014; Mello; Zandoná; Wolff, 2020; Silva, 2019; Rosalen, 2023).

Muitas pesquisadoras têm se dedicado a contar como, ao longo das últimas décadas, foram sendo (re)construídas as histórias sobre os feminismos no Brasil (Alves, 2020; Rosalen, 2023; Pedro, 2012). Da mesma forma, muitas pesquisadoras vêm tentando demonstrar no Brasil, a partir do presente e do olhar para novos sujeitos, a diversidade das identidades das mulheres participantes, que, desde o início da emergência desse movimento, foi muito maior do que a trajetória historiográfica estava acostumada a demarcar (Alves, 2020; Mello; Zandoná; Wolff, 2020; Green, 2018; Quinalha, 2022; Silva, 2019; Rosalen, 2023). A diversidade da participação dos feminismos denominados de “segunda onda” passou a ser então um pressuposto inicial e de partida das análises; e um ponto de chegada. Por exemplo: hoje já não se fala em feminismo (sem o S) de “segunda onda”, mas em feminismoS (no plural), ao (re)olhar para o passado recente. Por outro lado, demonstrar os embates dos diferentes feminismos das décadas de 1970 e 1980 tem se tornado uma das principais chaves de leitura afim de entender tanto a multiplicidade social quanto a historicidade das diferentes posições. Fazer isso, é uma tarefa difícil, mas fundamental para entendermos os contextos históricos de produção dos feminismos brasileiros.

Como já sabemos, no Brasil, a participação das mulheres no período delimitado se deu tanto nas lutas dos movimentos de resistência à ditadura e para que suas pautas fossem incluídas na nova Constituição de 1988, quanto por direitos de liberdade sexual e de escolha, uma vez que a pílula anticoncepcional no Brasil não teve o mesmo impacto que causou nos países do Norte global. No Brasil foi utilizada muito mais como

controle de natalidade em mulheres pobres e negras (Ávila, 2019; Biroli, 2018; Pedro, 2003). A consolidação dos direitos das mulheres (sejam elas negras, brancas, indígenas, urbanas ou camponesas), embora tenha havido grandes avanços no governo de Luís Inácio Lula da Silva, ainda não podem ser considerados suficientes e garantidos, já que o debate sobre o aborto ainda não tomou a forma de uma legislação e o Brasil apresenta índices vergonhosos de participação feminina em cargos políticos (Araújo, 1998; Biroli, 2018; Mulheres... 2023). Para além das conquistas e dos retrocessos, os feminismos brasileiros das décadas de 1970 e 1980 fizeram parte de um movimento transnacional, que deixou uma herança global, do ponto de vista da diversidade, das conexões com os mais diferentes movimentos e, também, por conta dos impactos que teve junto à elaboração de políticas públicas (mesmo com inúmeras críticas), como, a Lei Maria da Penha de 2003.

O Brasil iniciou seu processo de transição democrática a partir de 1975, embora o aparato estatal da ditadura tenha se mantido até os anos de 1985. Os feminismos, durante as décadas demarcadas, contemplaram diferentes formas de organizações dos movimentos de mulheres, das resistências, das lutas antiautoritárias, e das relações com grupos/ partidos de esquerdas, movimentos negros e entre os próprios grupos feministas (Biroli, 2018; Teles, Leite; 2013; Colling, 1997; Doimo, 1955; Ferreira, 1996; Goldberg, 1987; Mello; Zandoná; Wolff, 2020; Wolff, Pedro, 2010). As relações nunca foram tranquilas, trazendo no âmago hierarquias de classe, gênero, geração, raça e de pautas políticas. Os movimentos feministas (e sociais como um todo) deste período, possuíam formas plurais em suas organizações e sujeitos participantes, e estabeleceram relações com as demandas das comunidades, como, a luta pelas creches, direito à terra, ao corpo, e ao conhecimento (por exemplo, sobre os métodos contraceptivos), etc.

O Brasil tem dimensões continentais e seria um grande equívoco considerar a existência de um único feminismo para o período; ou ainda não entender que, embora muitas mulheres do campo, das cidades menores, do interior do Brasil, ou ainda, das florestas, nunca tenham se dito como feministas, são, na maioria das vezes, desqualificadas por isso, porém, muitas, mantiveram práticas de lutas que certamente valorizaram a igualdade de gênero (mesmo sem utilizar ou entender o significado teórico que esta categoria comporta). Como bem sinalizou Suely Gomes da Costa (2009, p. 12) “essa invisibilidade se afirma quando os feminismos são presumidos

apenas como expressões políticas de mulheres intelectuais, de classes médias urbanas...”, desconsiderando muitas práticas de mulheres que nunca se reconheceram ou reconhecerão como feministas, mas que também nunca deixaram de lutar por aquilo que acreditaram como justo e importante para suas vidas.

Os movimentos de/das mulheres no Brasil não são o epicentro do debate sobre feminismos “hegemônicos” e “subalternos”, mesmo que sejam impactados por ele e, muitas vezes, refletem práticas hierárquicas e colonizadoras entre os próprios movimentos. Também não queremos que a história dos feminismos assuma “tendências no discurso crítico de opor uma cadeia rotativa de comunidades marginalizadas contra uma norma implícita *branca* ou *ocidental*”, que pressupõem binarismos nítidos, como, “de preto *versus* branco, chicano *versus* anglo, oriente *versus* ocidente, norte *versus* sul”, que acaba por reposicionar “a branquitude e o ocidentais como um interlocutor normativo” (Shohat, 2004, p. 21). Embora as feministas brasileiras desse período tenham tido uma ‘dupla-agenda’⁹ ou, em alguns casos, uma ‘tripla-agenda’¹⁰, a partir das suas pautas feministas, da relação com os partidos de esquerda (o que pode parecer muito similar com outros países no mesmo período) e a interlocução com os movimentos negros, os movimentos carregaram múltiplas temporalidades (em diferentes geocalizações) e projetos políticos distintos entre si, e, também, daquela trajetória temporal elencada tanto pela historiografia do “Norte” (criticada por Hemmings) quanto pelas descoloniais (criticadas por nós).

Os movimentos feministas brasileiros não parecem desempenhar um papel colonizar na América do Sul. Ou melhor, não nos parece terem sido apropriados pelas “lavagem cor-de-rosa” ou “homonacionalistas”¹¹, isto é, práticas políticas de Estado, como Israel, que concede alguns direitos para os grupos minoritários como forma de mascarar outras desigualdades e se colocar como superiores em relação aos grupos existentes na Palestina (Puar, 2015). Da mesma maneira que, as brasileiras não parecem estar sendo utilizadas como políticas do Estado nas relações internacionais, onde se tem interesses estratégicos, como fizeram os Estados Unidos e a França, para projetar

⁹ A dupla-agenda refere-se a classe e a lutas feministas.

¹⁰ A tripla-agenda refere-se às condições de classe, luta contra o racismo e o feminismo.

¹¹ A “lavagem cor-de-rosa” ou “homonacionalistas” é uma concepção criada para dizer que a empresa, grupo ou país é *gay-friendly* ou promove ações voltadas aos grupos LGBTQIA+, mas é utilizada como estratégia política para disfarçar o racismo, a xenofobia e as violações de direitos humanos em outros âmbitos. Exemplo: o Estado de Israel. Para saber mais ver: Puar, 2015

práticas colonizadoras de “salvação das mulheres” das outras nações. Mas os feminismos desenvolvidos no Brasil são centrais nos debates de gênero, classe, sexualidade, colonialidade e raça para entendermos os movimentos na América do Sul; mesmo quando colocados de lado pelos movimentos descoloniais.

As solidariedades, entre mulheres (sejam elas cis ou transgênero), de maneiras locais, transnacionais e entre os movimentos, são pré-requisitos para a luta política (Butler, 2018a). Por outro lado, como bem demonstrou bell hooks (2018, p. 165), “Não existe um só caminho para o feminismo. Indivíduos de diferentes origens precisam de uma teoria feminista que dialogue com a vida que têm”. E isso tudo já foi entendido pelas mulheres em seus movimentos e com suas demandas. Mas ao compararmos os movimentos de/das mulheres (como já tem sido feito por pesquisadoras de diferentes áreas de conhecimento e protagonistas dos movimentos) ou se quisermos fazer uma história dos movimentos de mulheres/feministas em perspectiva cronológica e temporal, precisamos considerar tanto as trocas e os trânsitos quanto entender os circuitos de produção de saber, onde foi alojada toda uma produção historiográfica deste movimento social. E isso só é possível perceber quando novas demandas reformulam as histórias dos movimentos e quanto conseguirmos observar como têm sido contadas as narrativas, os conceitos, e as histórias dos feminismos.

Considerações finais

Ao longo das últimas décadas os estudos feministas tiveram que se afirmar como produtores de conhecimentos válidos e transversais a todas as áreas de conhecimento e, principalmente, dentro da produção historiográfica. Após esta inserção muitos debates, discordâncias e, principalmente, reformulações tomaram corpo nas diferentes narrativas acerca do passado recente das décadas de 1970 e 1980. Como buscamos demonstrar, elas imbricaram temporalidades, conceitos/definições teóricas e acima de tudo posições territoriais contextuais que questionam e ao mesmo tempo reafirmam situações de subalternidades. Não queremos deixar aqui uma concepção idealizada da história dos movimentos feministas no Brasil das décadas de 1970 e 1980, mas entender que os debates dentro dos feminismos e as (re)formulações historiográficas (além de se

entrecruzarem) fazem parte do jogo político e das hierarquias de produção de conhecimento acerca dos próprios movimentos.

Se, por muito tempo, as epistemologias feministas tiveram que lutar para que as pautas e projetos pudessem ser reconhecidos, tanto pelos demais movimentos, quanto dentro da historiografia dos movimentos sociais, neste novo contexto, o que tem se apresentado, por outro lado, é que as hipóteses iniciais acerca da história dos feminismos das décadas de 1970 e 1980 precisam representar os antagonismos, o dialógico, as polissemias e as dissonâncias de ideias e projetos que nunca se cristalizaram em uma posição única. Além disso, também precisam considerar os aparatos sincrônicos de cada época e as críticas já estabelecidas sejam elas no Norte ou no Sul Global. Por último, buscar o “mito das origens” ou formular “narrativas fundacionistas” a partir de cronologias já criticadas (como tem sido feito pelas descoloniais), não nos parece trazer boas análises historiográficas sobre os movimentos feministas, sejam quais forem as suas denominações.

Referências:

ABREU, Maira Luisa. Nosotras: feminismo latino-americano em Paris. **Estudos Feminista**, Florianópolis, v. 2, n. 21, p.553-572, ago. 2013.

ABREU, Maira; CARVALHO, Adília Martins de. Sisterhood is powerful: exílio e mobilizações feministas na França em apoio às “Três Marias”. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 32, p.133-147, jun. 2014.

ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. **Feminismo no Exílio: O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris**. São Paulo: Alameda, 2014. Imprensa realizada em 2016.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 13-56, dez. 2014.

ALVES, Irácella da Cruz. **Feminismo entre Ondas: mulheres, PCB e política no Brasil**. 2020. 358 f. Tese (Doutorado) - Curso de Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

ARAÚJO, Clara. Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 71-90, 1998.



AVILA, Maria Betânia. Modernidade e cidadania reprodutiva. In: De Hollanda, Heloisa Buarque (orgs). **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 163-176.

BACK, Lilian. **A seção feminina do PCB no exílio: debates entre o comunismo e o feminismo (1974-1979)**. 2013. 212 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2013.

BALLESTRIN, Luciana. Feminismo De(s) colonial como Feminismo Subalterno Latino-americano. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, p. 1-14, ago. 2020.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 16. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Editora José Olympio, 2018b.

BRACKE, Maud Anne. **La nuova politica delle donne: il femminismo in Italia, 1968-1983**. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2019.

BRACKE, Maud Anne; MARK, James. Between Decolonization and the Cold War: Transnational Activism and its Limits in Europe, 1950s-90s. **Journal of Contemporary History**, v. 50, n. 3, p. 403–417, 2015.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora**, v. 49, p. 49-58, 2003.

CHUNGARA, Domitila Barrios de. **“Si me permiten hablar”**: testimonio de Domitila, una mujer de las minas de Bolivia. México: Siglo XXI, 1978.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1997.

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, e175118, 2017

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

COSTA, Albertina de Oliveira. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação-São Paulo, 1970. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, p. 63-69, 1988.

COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 301-323, jul. 2002.

COSTA, Suely Gomes. Onda, Rizoma e “Sororidade” como metáforas: Representações de Mulheres e dos Feminismos (Paris, Rio de Janeiro: Anos 70/80 do século XX). **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p.1-29, dez. 2009.

COVA, Anne (org). **História Comparada das Mulheres: Novas Abordagens**. Lisboa: Livros Horizontes, 2008.

CUBAS, Caroline Jaques. **Do hábito ao ato: vida religiosa feminina ativa no Brasil (1960-1985)**. 2014. 360 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Florianópolis, 2014. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PHST0504-T.pdf>

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p.100-122, 2007.

DOIMO, Ana Maria. **A Vez e Voz do Popular: Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Memória, disputas, resistência e ressentimento: a luta pelo protagonismo na narrativa de Therezinha Zerbini. **Tempo**, Niterói, v. 26, n. 2, p. 473-492, ago. 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres militância e memória: histórias de vida, histórias de sobrevivência**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996.

GREEN, James Naylor et al. (org). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**. Cartografias do desejo. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996

GOLDBERG, Anette. **Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante**. 1987. 217 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

GOMES, Angela de Castro (org). **História oral e historiografia: Questões sensíveis**. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

HARAWAY, Donna. **Manifesto ciborgue**. Antropologia do ciborgue. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 33-118.

HEMMINGS, Clare. Contando histórias feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, p. 215-241, 2009.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set.-dez. 2007.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. Editora Companhia das Letras, 1995.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rosa dos tempos, 2018.

DE HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. Editora Companhia das Letras, 2018.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de Experiência” e “Horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Contraponto, 2006. p. 305- 327.

LAURETIS, Teresa de. Tecnologias do Gênero. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. (Org.) **Tendências e impasses**. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013> Acesso: 25 set. 2023

MCLAREN, Margareth A. **Foucault, feminismos e subjetividade**. São Paulo: Entremeios, 2016

MELLO, Soraia Carolina de; ZANDONÁ, Jair; WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Editora Appris, 2020.

MELLO, Soraia Carolina de. Discussões feministas na imprensa para mulheres: revista Claudia e o trabalho doméstico (1970-1989). Tese (Doutorado em História), UFSC, Florianópolis. 2016. Disponível: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/167643> acesso em: 16 out. 2023.



MIGUEL, Sônia Malheiros. **Um olhar para dentro: o movimento feminista no Rio de Janeiro**. 1988. Florianópolis, 112f Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PSOP0058-D.pdf> Acesso: 20 out. 2020.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; ZIROLDO, Nadia Luciene. Superando a análise fragmentada da dominação: Uma revisão feminista decolonial da perspectiva da interseccionalidade. **Revista X**. Curitiba, v. 17, n. 1, p. 425-446, 2022. Disponível: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/84444v>

MOHANTY, Chandra Talpade. **Sob olhos ocidentais**. Tradução Ana Bernstein. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2020.

MULHERES na política: ações buscam garantir maior participação feminina no poder. Fonte: Agência Senado. Disponível: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/05/aliados-na-luta-por-mais-mulheres-na-politica> Acesso: 25 set. 2023

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 02, p. 09-41, 2000.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: De Hollanda, Heloisa Buarque (org). **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 259-263.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

PAULILO, Maria Ignez S. FAO, fome e mulheres rurais. Rio de Janeiro, **Dados: Revista de Ciências Sociais**, v. 56, n° 2, p. 285-310, 2013.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de “Segunda Onda”: corpo, prazer e trabalho. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 238-259.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, 2003.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p 249-272, 2006.

PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe (org). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, p. 11-20, 2011.

PUAR, Jasbir K. Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v. 3, n. 1, p. 297–318, 2015.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.

RIOS, Flavia; LIMA, Márcia; GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2020.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays**: gêneros e sexualidades, [S. l.], v. 4, n. 05, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 20 set. 2023.

ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira. **Sob nossa pele e com nossas vozes**: feminilidades transbordantes no sul-mineiro. Teresina: Cancioneiro, 2022.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Recife: Edição SOS Corpo, 1993.

ROSALEN, Eloisa. **Entre Conflitos e Solidariedades**: As trajetórias de militâncias das mulheres exiladas na França e em Portugal (1973-1987). 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2023.

SAFFIOTI, Heleieth B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

SCOTT, Joan W. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-94, jul-dez. 1995.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 16, p. 297-325, fev. 1998.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan. 2005.

SILVA, Tauana Olívia Gomes. **Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a ditadura no Brasil (1964-1985)**. 2019. 528 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,



Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PHST0683-T.pdf>. Acesso em: 3 set. 2020.

SHOHAT, Ella. Feminismo como teoria e política. In: COSTA, Cláudia de Lima; SHMIDT, Simone Pereira (org). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004. P. 19-30.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da Guerrilha à imprensa feminista: A Construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VERGÈS, Françoise. **Um teoria Feminista da Violência**. São Paulo: Ubu Editora, 2021

VIEZZER, Moema. **Vocação de Semente: A história de uma facilitadora da inteligência coletiva**. São Paulo: Brasil Sustentável, 2017.